XXI FAC-FEA LIVRE
Semana Acadêmica Cultural e XVII Encontro de iniciação Científica da FAC-FEA

# A EDUCAÇÃO SEXUAL NAS ESCOLAS COMO ESTRATÉGIA DE PREVENÇÃO AO ABUSO INFANTIL: as angústias e desafios dos educadores diante dessa demanda

Ana Julia ALANIS
Faculdade da Fundação Educacional Araçatuba (FAC-FEA)
e-mail: anajuliaalanis2004@hotmail.com

Fernanda Almeida MONTAGNA
Faculdade da Fundação Educacional Araçatuba (FAC-FEA)
e-mail: fernandabta17@gmail.com

Luana de Oliveira PANCIONI
Faculdade da Fundação Educacional Araçatuba (FAC-FEA)
e-mail: pancioniluana@gmail.com

Mariana Moraes RODRIGUES
Faculdade da Fundação Educacional Araçatuba (FAC-FEA
e-mail: marianamoraesata@gmail.com

Yasmin Correia FINATI
Faculdade da Fundação Educacional Araçatuba (FAC-FEA)
e-mail: yasfinati@gmail.com

Talita Barizon POÇO
Faculdade da Fundação Educacional Araçatuba (FAC-FEA)
e-mail:talitabarizon@feata.edu.br

**EIXO: Ciências Humanas, Sociais e da Saúde**

**RESUMO**

A educação sexual nas escolas é um eixo fundamental para a formação integral das crianças e adolescentes, especialmente quando pensada como estratégia de prevenção ao abuso infantil. A realidade brasileira evidencia a urgência dessa discussão, uma vez que os dados oficiais revelam índices alarmantes de violência sexual: entre 2015 e 2021, foram registrados mais de 200 mil casos envolvendo crianças e adolescentes, sendo que a maioria ocorreu dentro do ambiente doméstico e teve meninas como principais vítimas. Além de mostrar tal vulnerabilidade, explicita a necessidade de que a escola assuma um papel ativo na proteção e no fortalecimento dos direitos das crianças. Ao inserir a educação sexual no currículo, a instituição escolar se torna um espaço de conscientização, onde os estudantes podem aprender a identificar situações de risco, compreender seus limites pessoais, conhecer o conceito de consentimento e valorizar o respeito ao próprio corpo. Dessa forma, a educação sexual não se reduz a uma questão de conteúdo pedagógico, mas constitui um recurso de proteção social e emocional, capaz de empoderar as novas gerações para que reconheçam e denunciem possíveis situações de abuso. Contudo, a implementação desse processo enfrenta múltiplos desafios. O tema ainda é repleto de tabus e preconceitos culturais, políticos e religiosos, que resultam em resistência por parte de famílias e de setores da sociedade. A influência de ideologias conservadoras tem gerado retrocessos importantes na consolidação de políticas públicas de educação sexual, reforçando um cenário de

silenciamento e dificultando sua efetivação no contexto escolar. Esse silenciamento cultural ressoa ainda hoje e gera angústia entre os professores, que muitas vezes não se sentem preparados para lidar com a temática. A formação docente, portanto, aparece como ponto central para que a educação sexual cumpra sua função preventiva. É importante enfatizar que é indispensável integrar o tema à formação inicial e continuada dos professores, para que estes possam abordá-lo de forma segura, clara e sensível, minimizando inseguranças e enfrentando resistências da comunidade escolar. Além da dimensão pedagógica, a discussão também encontra respaldo jurídico. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Decreto nº 9.603/2018 reforçam que as escolas têm a responsabilidade de atuar como agentes de proteção, inclusive assegurando escuta especializada em casos de suspeita ou revelação de violência. Assim, a educação sexual deve ser vista não apenas como prática educativa, mas também como medida de proteção social e legal. A pesquisa em desenvolvimento adota uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, com base em levantamento bibliográfico e entrevistas semiestruturadas com professores, gestores e supervisores da rede municipal de Araçatuba. O objetivo foi analisar a preparação docente, compreender os desafios enfrentados na implementação da educação sexual e avaliar seus impactos na formação das crianças. Espera-se que os resultados contribuam para o fortalecimento de práticas escolares mais seguras e acolhedoras, capazes de consolidar a educação sexual como política de proteção. Ao investigar as angústias e desafios dos educadores diante dessa demanda, busca-se analisar os obstáculos existente e também apontar caminhos que permitam superar resistências e fortalecer a formação docente.

**Palavras-chave**: educação sexual; prevenção ao abuso infantil; formação docente.

## 1 INTRODUÇÃO

A escola ocupa um lugar central na formação das crianças, sendo espaço de aprendizagem, convivência e construção de valores que influenciam diretamente sua formação integral. Nesse percurso, a educação sexual desponta como prática pedagógica fundamental para o fortalecimento da proteção da infância, uma vez que possibilita o reconhecimento do próprio corpo, a valorização da dignidade e a prevenção de situações de abuso.

Em perspectiva histórica, Figueiró (1998) sustenta que a educação sexual não deve ser vista como uma ação à parte da educação global, mas como parte da mesma. Apesar disso, sua implementação no cotidiano escolar enfrenta resistências e fragilidades, inclusive ligadas ao preparo docente. Figueiró observa que a educação sexual é reconhecida pela maioria dos professores como necessária e importante no processo formativo, embora o tema ainda gere preocupações na prática pedagógica (Figueiró, 2006).

Muitos docentes se deparam com insegurança, falta de materiais de apoio e ausência de formação continuada, o que limita a efetividade das abordagens e reforça a necessidade de repensar políticas educacionais que deem suporte à prática da educação sexual. Essa lacuna impacta não apenas o trabalho do professor, mas também a possibilidade de oferecer às crianças um espaço seguro de diálogo e de conhecimento, capaz de contribuir para sua autonomia e para

a defesa de seus direitos.

Estudos recentes evidenciam que, diante da falta de regulamentação e da pressão de discursos conservadores, muitos professores se sentem inseguros e optam por evitar o tema em sala de aula (Silva *et al.*, 2023). Nesse sentido, discutir os desafios enfrentados pelos educadores e analisar suas condições de atuação constitui um passo essencial para consolidar a escola como ambiente de proteção, acolhimento e respeito.

## 2 OBJETIVOS

Este trabalho tem como objetivo geral analisar a educação sexual nas escolas como estratégia de prevenção ao abuso infantil, investigando os desafios enfrentados pelos educadores e gestores escolares diante dessa temática. Especificamente, busca compreender as percepções docentes sobre a abordagem da sexualidade em sala de aula, identificar barreiras institucionais e refletir sobre o papel da formação docente na consolidação de práticas preventivas.

## 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O procedimento metodológico adotado nesta pesquisa caracteriza-se por uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório, documental e descritivo, que busca compreender as percepções e experiências de diferentes atores da comunidade escolar em relação à educação sexual como estratégia de prevenção ao abuso infantil.

A opção pela pesquisa qualitativa se justifica pela necessidade de apreender não apenas dados objetivos, mas sobretudo sentidos, opiniões e sentimentos que emergem do contato dos educadores com essa temática, permitindo uma análise mais profunda das angústias, desafios e possibilidades percebidas no cotidiano escolar.

O estudo foi desenvolvido em duas etapas principais: inicialmente, foi realizado um levantamento bibliográfico e documental, com o intuito de embasar teoricamente a investigação, situando o tema no campo acadêmico e identificando os debates já consolidados a respeito da educação sexual, seus desafios de implementação e seu papel na prevenção ao abuso infantil; além de analisar leis, decretos e projetos desenvolvidos ou em desenvolvimento em nível municipal, estadual e nacional.

Em seguida, foram conduzidas entrevistas semiestruturadas com professores, gestores escolares e supervisores da Secretaria Municipal de Educação da cidade de Araçatuba/SP, a fim de recolher dados empíricos sobre a realidade de uma escola da rede

municipal da referida cidade, previamente selecionada pelo fácil acesso aos pesquisadores e pela participação em projetos vinculados ao tema da pesquisa (as transcrições e análises ainda estão em processo).

As entrevistas semiestruturadas foram escolhidas como instrumento de coleta de dados por possibilitarem flexibilidade no diálogo, permitindo que os participantes expressem suas percepções de forma livre, ao mesmo tempo em que garantem o foco nos eixos centrais da pesquisa. Para cada grupo de entrevistados (professor, gestor, supervisor) foi utilizado um roteiro específico, elaborado a partir dos objetivos do estudo e fundamentado no referencial teórico.

Assim, por meio das respostas, espera-se obter informações consistentes sobre as práticas existentes, as dificuldades enfrentadas, as percepções sobre a importância da educação sexual e os obstáculos de ordem pedagógica, institucional ou cultural que ainda dificultam sua efetiva inserção no cotidiano escolar.

Cabe destacar que todos os aspectos éticos foram observados, em conformidade com as Resoluções nº 510/2016 e nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, com participação voluntária dos sujeitos e precedida da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), assegurando sigilo, anonimato e a possibilidade de desistência a qualquer momento.

Dessa forma, o procedimento metodológico busca garantir não apenas a validade científica da investigação, mas também o respeito à integridade e à autonomia dos participantes.

## 4 DESENVOLVIMENTO

A compreensão da infância mudou ao longo da história. Philippe Ariès (1981) aponta que, na Idade Média, as crianças eram vistas como **adultos em miniatura**, sem atenção às suas necessidades específicas de cuidado e proteção. Hoje, esse período é reconhecido como fundamental para o desenvolvimento humano, o que inclui o direito ao acesso a informações seguras sobre o corpo, limites, consentimento e sexualidade. A escola, nesse sentido, assume papel central, funcionando não apenas como espaço de aprendizagem, mas também de proteção e prevenção ao abuso infantil.

No entanto, a discussão sobre sexualidade no ambiente escolar enfrenta resistências históricas e culturais. Michel Foucault (2008) destaca que o sexo sempre foi tradicionalmente tratado como tabu, cercado de silenciamento e repressão, de modo que falar

sobre ele trazia um caráter de transgressão. Esse processo de interdição se reflete ainda hoje, quando visões conservadoras e religiosas reforçam preconceitos e dificultam a consolidação de políticas públicas consistentes de educação sexual. Essa resistência cultural gera obstáculos que atingem tanto o trabalho pedagógico quanto a segurança das crianças, que permanecem sem orientações adequadas para lidar com situações de vulnerabilidade.

Apesar das barreiras, documentos nacionais e internacionais reforçam a importância do tema. O debate é sustentado por diversas frentes, incluindo a sociedade civil e o ambiente acadêmico. Documentos normativos, como o estudo intitulado **Direito à educação em sexualidade e relações de gênero no cenário brasileiro** divulgado pela UNESCO, das autoras Martins e Bortolanza (2023), no qual aponta-se a educação integral em sexualidade como parte de uma formação de qualidade; o Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990) que inaugurou no Brasil a doutrina da proteção integral; o Decreto nº 9.603/2018 (Brasil, 2018) o qual regulamenta a Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, entre outros, reforçam a responsabilidade das instituições (inclusive as escolares) na proteção dos direitos da infância, incluindo a escuta e o encaminhamento em casos de violência. Tais diretrizes demonstram que a educação sexual não deve ser vista apenas como prática pedagógica, mas como compromisso social e legal.

A formação docente é outro aspecto central. Figueiró (1998) ressalta que a educação sexual não deve ser entendida como prática isolada, mas como parte da educação integral do indivíduo. Contudo, muitos professores não tiveram preparo consistente em sua formação inicial ou continuada, o que gera insegurança, medo de enfrentar resistências familiares e limitações no trato com a temática. Investir na capacitação dos educadores é, portanto, condição essencial para que a educação sexual cumpra seu papel de prevenção e proteção.

> A Educação Sexual vem sendo reconhecida, pela maioria dos professores, como necessária e importante no processo formativo dos alunos. Muitos deles se preocupam e sentem-se, em vários momentos, inseguros e até temerosos, diante dessa tarefa. Sabemos que todo o processo formativo dos professores, tanto no Magistério, quanto nas licenciaturas, não os tem preparado para abordar a questão da sexualidade no espaço da escola (Figueiró, 2006, p. 1-2).

Assim, compreende-se que a educação sexual deve ser vista como um direito e uma prática indispensável à construção de ambientes escolares mais acolhedores e protetores, capazes de contribuir efetivamente para a prevenção do abuso infantil e para a formação de cidadãos conscientes e respeitosos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa em andamento evidenciou, até o momento, que a educação sexual nas escolas é uma estratégia essencial para a prevenção do abuso infantil e para a promoção da proteção integral das crianças. Além de espaço de aprendizagem, a escola deve ser também um ambiente de acolhimento, onde valores como respeito, cuidado e limites pessoais sejam trabalhados de forma sistemática. Contudo, a implementação dessa prática enfrenta obstáculos relevantes, como as resistências culturais e religiosas, a ausência de políticas públicas bem estruturadas e a falta de formação docente específica para lidar com o tema.

A educação sexual, quando conduzida de forma responsável e adequada às diferentes idades, fortalece a autonomia das crianças, favorece o reconhecimento de situações de risco e contribui para a prevenção de abusos. A superação dos entraves existentes passa pela formação docente, pelo apoio institucional e pela construção de uma rede de proteção que envolva escola, família e sociedade. Assim, a pesquisa reafirma a importância de compreender a educação
sexual como um direito e como medida indispensável à construção de ambientes escolares mais seguros, inclusivos e comprometidos com a defesa da infância.

## REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BRASIL. Decreto nº 9.603, de 10 de dezembro de 2018. Regulamenta a Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência. **Diário Oficial da União**, Brasília, 10 dez. 2018.
Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/d9603.htm. Acesso em: 08 out. 2025.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 16 jul. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 08 out. 2025.

FIGUEIRÓ, Mary N. D. Revendo A História Da Educação Sexual No Brasil: Ponto De Partida Para Construção De Um Novo Rumo. **Nuances:** Estudos sobre Educação, Presidente Prudente, v. 4, 1998. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/84/96. Acesso em: 8 out. 2025.

FIGUEIRÓ, Mary N. D. Educação sexual: como ensinar no espaço da escola. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 7, n. 1, 2006. Disponível em:

https://revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1323/1132. Acesso em: 8 out. 2025.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 2008.

SILVA, Paloma de O. *et al.* Sociedade e educação sexual: influências do conservadorismo político-religioso nos documentos norteadores do ensino básico brasileiro. **SciELO Preprints**, 2023. Disponível em: https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/5803/11229. Acesso em: 08 out. 2025.

MARTINS, Ana P. A.; BORTOLANZA, Elaine. **Direito à educação em sexualidade e relações de gênero no cenário educacional brasileiro**. Brasília: UNESCO, 2023. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000384680. Acesso em: 08 out. 2025.